



SOBRE PARTIDOS, CLASSES E ORDEM DO CAPITAL

Virgínia Fontes*

Nenhum eleitor brasileiro sabe exatamente no que está votando, nessa mistura do pragmatismo dos grandes partidos com o oportunismo dos partidos caroneiros, que não representam nada a não ser sua própria gula por um naco de poder. Uma salada decididamente indigesta.

A salada. Veríssimo.

Estamos enfrentando mais um complexo processo eleitoral. Apesar de existirem opções de programas, de partidos e, neles, de candidatos de excelente qualidade para diversos níveis do pleito, o conjunto do processo eleitoral se apresenta opaco, sem brilho e incapaz de suscitar entusiasmo.

Vejamos duas razões para isso, que precisam ser relembradas, pois não nasceram agora, perduram e se generalizam, mesclando-se e aprofundando essa opacidade. A primeira razão é a *desqualificação do processo eleitoral*, resultado do predomínio da pequena política (a política politiqueira, a que se limita a gerenciar a ordem dominante). A segunda razão resulta da primeira, e configura nosso quadro partidário e político, cujas linhagens serão posteriormente analisadas.

A desqualificação atual do processo eleitoral e, por extensão, da própria política, decorre de quatro motivos principais:

1) a captura quase imediata, após a Constituição de 1988, do processo eleitoral pelo poder econômico imediatista. Quem não lembra do ricoço herdeiro Collor tentando se passar por defensor dos descamisados? A grande e moderna burguesia brasileira – inclusive a paulista – ameaçava ser ultrapassada pelo voto popular no processo eleitoral e mais uma vez aceitou acordos com os setores sociais mais retrógrados, apoiando-os para “falsificar a ira” popular, na feliz expressão de Francisco de Oliveira. A população reagiu, o fora Collor ocorreu apesar da resistência da grande imprensa, mas todos sabem como o episódio contribuiu para inflacionar o custo das campanhas eleitorais e estimular acordos e compromissos espúrios. Com poderosos apoios, esse tipo de fenômeno não desapareceu, tendo apenas sido varrido para debaixo do tapete. Esse é o terreno dos

* Professora de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Escola Politécnica Joaquim Venâncio-Fiocruz

partidos efêmeros porém com recursos, numa miríade de ofertas de serviços eleitoreiros, condensando posições profundamente conservadoras.

2) a tentativa explícita de esvaziar desde seus primórdios as conquistas populares realizadas nas décadas de 1970 e 1980, como a própria reconquista do voto direto, alguns importantes direitos na Constituição e, inclusive, a capacidade de luta recém-adquirida através de inúmeras organizações de trabalhadores. A reconquista do voto foi essencial mas não assegura democracia. Quem já esqueceu de Fernando Henrique Cardoso, o ilustre doutor e autor de textos sobre a democracia (que aliás pediu para esquecer o que havia escrito), esgrimindo argumentos “técnicos” para justificar uma das maiores políticas deliberadas de desemprego, de redução de direitos, de privatizações e violência anti-sindical? Com ele, cresceram as grandes fortunas às custas dos direitos populares, contemplados com escassos projetos de migalhas. Daqui saíam linhagens peculiares, *formuladoras* e naturalizadoras das exigências do grande capital, mas com decrescente capacidade eleitoral.

3) o peso da frustração. A população trabalhadora defendeu as candidaturas populares do PT – e de Lula – quando seus militantes estavam nas ruas. Pouco a pouco também este partido se rendeu ao ambiente de desqualificação. Suas campanhas deixaram de lado os militantes, pagando bóias-frias para sacudir bandeiras e marqueteiros para inventar “imagens” de candidatos. Seus dirigentes afastaram-se das bases para encastelar-se nas cúpulas. Mesmo assim, maiorias populares asseguraram a primeira vitória de Lula. Se não com grande entusiasmo, ao menos com alguma expectativa. Os que lutaram por grandes alterações, rapidamente se frustraram e procuraram construir outros caminhos. Muitos porém foram se conformando a ganhos miúdos e sem garantias, que o novo governo apresentava como se fossem enormes conquistas. Também aos poucos, o partido antes diferente se tornava igual aos demais: manjava com vigor e sem pruridos a violência social, criminalizando movimentos sociais. Falava uma novilíngua: as palavras eram suaves e lembravam antigas reivindicações populares, mas os atos garantiam a ordem empresarial e aprofundavam o deslocamento do protagonismo popular para as novas cúpulas. Aproveitaram o que era um projeto de migalhas e o converteram num extenso programa. Com pouca garantia de direitos, era melhor do que nada. Resultou em alguma melhoria para os setores populares, sem dúvida, mas mambembe e frustrante. Este partido inauguraria uma nova linhagem – nos anos recentes, pois antes ela já existira – a de uma *esquerda apta para a ordem*. Outros explicitaram, com muita propriedade: uma “esquerda para o capital”... Nessa linhagem cabe a contestação adequada, sem riscos maiores e sem comoções. Se a bolsa de valores espirrar, voltam atrás em suas propostas.

4) a raiva e a persistência – Alguns partidos e movimentos sociais persistiram na luta, procurando conservar programas e coerência política, através da luta cotidiana em vários âmbitos, sobretudo contra a maquiagem generalizada, evidente por exemplo nas alterações urbanas promovidas pela Copa do Mundo e seu cortejo de especulações. Foram crescentemente espremidos e reprimidos: falavam a linguagem e agiam de acordo com uma esquerda clássica, que luta por direitos, pela capacidade de auto-organização popular, pela superação da ordem do capital e, por essa razão, eram execrados pelos primeiros (a ordem) e pelos segundos (naturalizadores da vida capitalista). Mas também eram

desconsiderados e reprimidos pelos novos partidos “da esquerda para o capital”, pois relembavam o que queriam esquecer. Mesmo assim, tiveram importante papel em denunciar, explicitar a armadilha na qual o processo eleitoral tendia a se converter.

De maneira legítima e compreensível, a raiva popular explodiu. Junho e julho de 2013 extrapolaram os diques de contenção. Os motivos centrais, imediatos, evidentes a todos: a dramática desigualdade persistente na vida social, escancarada e explícita nos serviços públicos (saúde, educação e, sobretudo, transportes) e a corriqueira brutalidade policial contra os setores populares. Irritada e frustrada, parcela expressiva da população se revoltou em inúmeras cidades. As manifestações de junho, no terceiro mandato do PT – com Dilma Rousseff na Presidência – estremeceram os alicerces de todos os que apostavam na ordem. Todas as tendências contra a ordem se manifestaram e foram para as ruas. Havia algumas pautas explícitas: exigência de direitos universais (transporte, saúde, educação) e recusa da truculência policial (que incide desigualmente, acompanhando o perfil da desigualdade social e urbana). A elas se agregaria rapidamente o resultado da desqualificação da política “oficial”, traduzida na recusa por alguns grupos de quaisquer partidos e, mesmo, de quaisquer organizações. Exacerbava-se – por longa in experiência de lutas coerentes – uma recusa legítima da ordem, mas sem horizonte preciso. Se recompõe a linhagem dos grupos, movimentos sociais e partidos de contestação da ordem dominante e de expressões anti-capitalistas. Também aqui, mal-educados pelo oportunismo dominante, vicejam alguns grupos de ocasião.

Partidos, classes e a defesa da ordem

Examinemos agora as principais divisões na estrutura partidária brasileira com a lupa gramsciana, aquela que entende que a história dos partidos é a da luta de classes e sabe que o termo *partido* remete a duas realidades políticas: a institucional (cada agrupamento que se legaliza) e a real (a que corresponde ao seu papel e função na luta de classes). Nosso contexto eleitoral resulta historicamente dos eixos que desqualificaram a política mostrados nos parágrafos precedentes. A realidade de um enclausuramento da democracia, através dessa pequena política com grandes recursos, conduz a uma orquestração perfeita para a desqualificação da política *como um todo*, bloqueando qualquer intento de transformação radical. Ainda por cima, a pequena política se espelha num contexto partidário ao mesmo tempo “moderníssimo” e “atrasadíssimo”, como quase toda a nossa vida social, onde celular se espreme no trem da Central do Brasil. Chegamos assim à segunda razão para a falta de entusiasmo nessas eleições e ela reside na própria estruturação da dinâmica eleitoral.

Do ponto de vista da estrutura de classes, temos apenas dois grupos organizativos com programas contrapostos. Um é enorme, disforme e, como num saco de gatos, seus integrantes se engalfinham sem cessar. O outro grupo, o dos partidos contra a ordem capitalista, é pequeno, combativo, e também bastante heterogêneo. Não temos partidos regressivos, que tenham como proposição um retorno a alguma sociedade mítica, de base camponesa ou comunitária, de tipo religioso.

As alas do partido da ordem

O *partido da ordem* se apresenta bastante dividido, embora no fundo tenha um programa comum: desenvolver o capitalismo, assegurar a produção de riquezas e, acima de tudo, garantir a grande propriedade e garantir a ordem social para o capital. Está dividido, o que corresponde tanto a tensões internas, acomodando peculiaridades, como assegura estrategicamente ocupar um amplo espectro, da direita raivosa até uma esquerda moderada. Ele é o irradiador da desqualificação da política. Vejamos suas linhagens, ou alas, que não se traduzem de maneira imediata em coligações partidárias, uma vez que estas variam casuisticamente.

A linhagem que se filia à “falsificação da ira” se disseminou, constituindo “os partidos à disposição, ou ao seu dispor”, sempre aptos a apoiar a ordem dominante. Esse grupo abrange muito partidos do espectro eleitoral, com um sem-número de siglas. A maioria deles é inexpressivo como formulação ideológica, programática ou política. Alguns têm matriz religiosa, mas seu vínculo político pouco tem a ver com os princípios ou valores que dizem apregoar. Estão sempre disponíveis para impedir que a ira popular atinja os setores sociais conservadores, além de barganhar apoios reacionários. Alguns assumem posições raivosas, proto-fascistas e exibem preconceitos variados. Podem alinhar-se em qualquer direção (mais à esquerda ou mais à direita para o capital), mas seu peso é o da conservação.

No miolo do partido da ordem, a segunda e crucial linhagem agrupa o rescaldo dos partidos oficiais da ditadura empresarial-militar, dois deles grandes e um pequeno. O PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e o DEM pretendem o espaço de “*formuladores da ordem dura* do capital”. São um pouco menos imediatistas do que os precedentes, pois expressam grandes interesses de curto, médio e longo prazo, respondem ao mesmo tempo a setores históricos e a grandes e concentrados grupos econômicos, e contam com estrategistas mais tarimbados, em especial alguns grandes aparelhos privados de hegemonia de base empresarial, ou “entidades sem fins lucrativos” sustentadas pelo grande empresariado. O PSDB, saído de costela do MDB, aliou-se ao que resta do partido da ditadura, que já foi ARENA (Aliança Renovadora Nacional), convertido por pouco tempo em PDS (Partido Democrático Social), depois transformado em PFL, nome bem mais adequado (Partido da Frente Liberal) e, finalmente, se escora hoje na sigla DEM (Partido Democratas) para ocultar suas origens. Disfarçam de forma muito conveniente sua origem e procedência. Nenhum deles ousa se apresentar pela direita, como conservadores, liberais ou neoliberais; todos se dizem “democráticos” e até mesmo acenam para uma certa social-democracia despida de conteúdo. A rigor, se constituíram como os partidos capazes de manter a ligação nacional entre as formas da grande propriedade, quer ela se apresente de maneira arcaica ou moderna.

Opostos durante a ditadura empresarial-militar, eles se unificaram após a Constituição de 1988 para a eleição FHC e mesmo quando se separam, nunca ficam muito distantes. Eles formam o cerne da defesa da grande propriedade no Brasil e reatualizam a complexa conexão do atraso com o moderno, erigida desde a década de 1930. Sua própria atuação recente, entretanto, contribuiu para modificar o espectro nacional a partir do qual

essa grande propriedade se converte em forma política. As privatizações redesenharam a implantação nacional – e transnacional – dos grandes negócios. Ainda que São Paulo – eixo fulcral desse grupo – continue o polo concentrador da riqueza, esta transborda na atualidade para outras direções, não totalmente agregadas e digeridas por este grupo.

Ainda no miolo, o outro grande partido oficial (pelo tamanho) e pelo histórico assegura uma espécie de via de ligação entre os primeiros (“ao seu dispor”) os segundos (os “formuladores”): o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Aqui é o seu lugar real, onde se sente à vontade, embora constitua a base de apoio dos governos PT. Neste papel, ele atua como o limitador prévio para qualquer tentação de protagonismo popular que porventura ainda se manifeste no interior do PT.

A última ala do partido da ordem é constituída por partidos que expressam questões populares reais e as explicitam no cenário político, mas as edulcoram para que sejam palatáveis à ordem. Em outros termos, são partidos oficiais cujo papel é transformar reivindicação legítima em ajuste; é converter luta por reformas em contrarreformas. Não derivam da ditadura empresarial militar e foram criados em pleno combate contra ela e seus resquícios. Espelham de maneira perceptível as contradições da expansão do capitalismo no Brasil, tanto pelo crescimento urbano quanto pelo dramático problema da devastação ambiental.

Seu núcleo fundamental é o Partido dos Trabalhadores-PT, que nasceu nas bases populares e se apresenta pela “esquerda” mas está a cada dia mais distante de defender qualquer protagonismo da classe trabalhadora ou mesmo popular. É permanentemente perseguido pela grande mídia proprietária, não pelo que realmente faz, mas pelo “cheiro” popular que ainda exala, apesar de todo o perfume francês com que tenta ocultá-lo. Seu registro de nascimento incomoda os demais. A ele se agregaram outros partidos, como o Partido Verde ou o PSB (Partido Socialista Brasileiro), os quais sequer cheiro de povo têm, e resultam de setores médios descontentes com a gestão da política (e não com as condições estruturais nas quais ela existe). Assim, recriou-se uma esquerda domesticada, capaz de usar os termos das lutas populares, mas para assegurar às classes dominantes que tudo seguirá como antes. Têm maior compromisso com melhorias palpáveis para setores populares, pois neles encontram seu fôlego eleitoral e, por essa mesma razão, precisam demarcar-se dos partidos anteriores. Porém aceitam as pautas fundamentais dos “formuladores”, solicitando apenas adaptações de escala e ritmo.

Decerto há diferenças entre essas alas, inclusive de origens sociais e geracionais. O processo de amalgamento no interior de grupo tão grande e díspar é complexo e se torna ainda mais confuso quando apresentado pela grande mídia proprietária, que ora enaltece as peculiaridades de cada um, ora os apresenta como sendo “todos iguais”, jamais identificando efetivamente o que os separa e une. Essas diferenças levam a nuances de padrões de gestão e de atuação, gerando ora políticas francamente anti-populares, ora adoção de propostas conciliatórias, mesmo se nascidas alhures. Elas também se expressam no terreno das relações internacionais, em geral em torno de maior ou menor alinhamento com os Estados Unidos, mas em todos os casos os interesses das grandes empresas brasileiras, inclusive as transnacionalizadas, são cuidadosamente protegidos.

Contra a ordem

O *partido contra a Ordem*, ou por sua *superação*, reúne também algumas alas. Há os que consideram haver uma etapa nacional ainda a vencer, com a exigência de uma democracia ampliada e maior autonomia econômica como pré-condição para avanços mais substantivos. De outro lado, há os que analisam que as formas do capitalismo no Brasil contemporâneo não expressam um “atraso”, mas a efetividade do capitalismo sob as condições internacionais contemporâneas. Este é um ponto complexo que, embora os divida, não chega a fraturar o conjunto.

Contra a Ordem reagrupa grande número de movimentos sociais, muitos pequenos grupos não oficiais e alguns pequenos partidos oficiais que teimosamente resistem ao amalgamento generalizado promovido pela modernização capitalista e seus novos recursos – persuasivos por diversas modalidades, desde as monetárias até as coercitivas, os setores dominantes utilizando amplamente recursos e moldes organizativos internacionais. Permanecer coerente *contra a ordem* resulta em permanente penúria, discriminação e criminalização. O inchamento e desfiguração do partido da Ordem e a decorrente desfiguração da política, faz com que até mesmo as agremiações cujo foco é a luta por Direitos Humanos, ou aqueles sinceramente democratas, somente aqui encontrem abrigo e interlocução efetivos. Neste grupo estão os que participam das lutas e mobilizações em prol das reivindicações genuinamente populares, denunciam a truculência e violência social contra os setores populares e procuram assegurar uma formação política e intelectual a seus militantes. Os mais expressivos partidos oficiais são o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado).

A conversão do PT à ordem foi um enorme golpe ainda não totalmente superado neste campo. As próprias práticas organizativas desses grupos carregam em muitos casos marcas anteriores, posto que muitos deles participaram da formação do PT, compartilharam de suas experiências e, sobretudo, atuam naquelas que foram as bases originais do PT. Atravessam uma penosa transição pois precisam conservar as conquistas reais que a classe trabalhadora arrancou, como o voto, e necessitam defrontar-se contra a desqualificação da política. Não para requalificar o existente, fazendo o papel de fiel da balança que a legitima, mas para assegurar que as múltiplas, diversas e por vezes díspares reivindicações dos setores trabalhadores possam atuar como um conjunto variado mas potencialmente coeso dos subalternos, para superar a ordem. Essa é uma posição delicada e complicadíssima, após tantas frustrações e dada a confusão reinante: trata-se de evidenciar que é possível construir uma grande política, com real enfrentamento de programas e projetos sociais ligados à classe trabalhadora. Ela passa por todos os espaços conquistados e passa, ademais, por enfrentar o próprio Estado.

A raiva deslançada em 2013 trouxe para este partido outros militantes. Também nesse terreno a frustração com a adesão do PT à ordem gerou como contrapartida uma recusa absoluta e abstrata da própria reflexão sobre o Estado e da organização das classes subalternas. Como se emergissem instantaneamente, alguns ainda supõem que a espontaneidade nasce de origem não social, pura e intocada. Haverá tensões para o

aprendizado da importância da organização, da formação e do enfrentamento de longo curso. A raiva que explicitam assinala um ponto de inflexão contra os adesismos que vicejaram e impõe maior clareza nas posições assumidas.

Nas condições vigentes da pequena política, mesmo nesse campo alguns acreditam que basta falar de grande política para exercê-la, gerando oportunismos também aqui.

Finalizando

A hegemonia não resulta da ação específica de um partido oficial ou de uma liderança, mas de um bloco de forças aglutinado em torno de um setor ou fração da classe dominante, capaz de apresentar o mundo *tal-como-está* como se fosse necessário, natural e até mesmo desejável. Decerto, a hegemonia não significa inexistência de divergências entre os setores dominantes ou entre eles e setores dominados, mas que tais divergências encontram canais de expressão no interior da mesma dinâmica societária. A dominação *hegemônica* burguesa centrada no *grande capital monopolista e expansionista* no Brasil é uma evidência. Essa hegemonia se instaurou através de inúmeros agenciamentos, a começar por uma enorme disseminação de aparelhos privados de hegemonia (entidades associativas) fortemente sustentados pelo empresariado, mas voltados para persuadir setores populares, capturar suas lideranças e converter suas bases a formas de participação alijadas da grande política. Tais entidades são dirigidas fundamentalmente pelos grandes grupos brasileiros (inclusive detentores de empresas multinacionais), mas agrega também grande quantidade de entidades de origem estrangeira. Ainda, a hegemonia não se limita a tais entidades privadas, pois envolve um redesenho do próprio Estado e a configuração de suas políticas. Desse processo, cujo curso mais evidente remonta à década de 1990, resultou a enorme e inchada “frente” comum – o partido da ordem – voltada para a expansão das relações capitalistas de tipo neoliberal (ou capital-imperialismo, o que me parece mais correto) no campo e nas cidades. Ao mesmo tempo em que reatualizou os pactos de dominação clássicos e autocráticos, incorporou novos elementos de persuasão. Por essa razão, o partido da ordem foi capaz inclusive de atrair o PT, o que lhe assegura fôlego suplementar. Entretanto, também introduz tensões crescentes no interior do partido da ordem, pois a acomodação interna se torna a cada dia mais complexa.

A ideia era escrever sobre as novas possibilidades que se abrem para as lutas anti-capitalistas contra a ordem, e mostrar como, apesar das dificuldades, as novas condições vão exigir ousadia, coerência e capacidade de organização e de enfrentamento. As novas exigências estão postas e não há como escapar delas. 2013 mostrou que, por mais que a mídia manipule, que se enalteça o hábito do conformismo, que o marketing e o crediário ofereçam o consumo como solução, que o hegemonismo do partido da ordem imagine que controla todo o espectro político, a expansão do capitalismo é também o aprofundamento de contradições. A classe trabalhadora hoje é enorme, apesar de heterogênea, e certamente trará exigências mais substantivas.

Temos programas e partidos coerentes no campo da *superção da ordem*, com sólida história junto à classe trabalhadora e capacidade de integrar as reivindicações legítimas que as novas contradições suscitam. É no próprio processo da luta de classes que

a divergências no interior do partido contra a ordem serão elaboradas e superadas. As eleições são apenas um dos momentos da luta, cuja importância fundamental está na própria defesa da garantia da participação ampliada (e o voto foi conquista fundamental) e na divulgação da real possibilidade de uma grande política, com o protagonismo da classe trabalhadora para a superação da ordem do capital.